

100 anos de censo agropecuário no Brasil 1920–2020

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho¹

Desde a realização do primeiro censo agropecuário no Brasil, as transformações produtivas foram significativas. Em 1920, o levantamento contabilizou aproximadamente 648 mil estabelecimentos agropecuários, enquanto em 2017 a contagem ficou em torno de cinco milhões de estabelecimentos produtivos. De 1920 a 2017, a área plantada subiu de 175 milhões para cerca de 351 milhões de hectares. A população ocupada mais do que dobrou, saindo de 6,3 milhões para 15,1 milhões de pessoas empregadas no campo. O uso de tratores, cuja potência subiu significativamente ao longo do tempo, saiu de 1.706 para aproximadamente 1,2 milhão de máquinas. O rebanho bovino foi multiplicado por cinco, chegando a 172 milhões de cabeças na última contagem.

Não há dúvidas da grande transformação produtiva ao longo do tempo. De toda forma, ao comparar os dois últimos censos agropecuários, 2006 e 2017, observa-se ligeira melhora da renda líquida dos estabelecimentos agropecuários, mas com manutenção da concentração produtiva no conjunto da produção. Conforme Alves & Rocha (2010), com base no Censo Agropecuário de 2006, o diagnóstico da concentração produtiva no setor agropecuário brasileiro era extremamente elevado. Os autores se questionavam: ganhar tempo seria possível?

Com o intuito de ganhar tempo para o ajuste do mercado urbano de trabalho, Alves & Rocha (2010) identificaram quatro grupos de agricultores (extrema pobreza, baixa, média e alta rendas). Ao grupo de extrema pobreza, políticas assistencialistas seriam mais adequadas. Para os de baixa e média rendas, um misto de políticas macro e microeconômicas seria preferível, com o objetivo de promover a mobilidade social de produtores mais pobres para classes mais elevadas de renda. Por fim, para sustentar a produção de alta renda, seriam suficientes políticas macroeconômicas e nenhum retrocesso nos instrumentos políticos de natureza ampla.

Com exceção dos produtores que declararam valor bruto da produção (VBP) diferente de zero, de 2006 para 2017 nota-se que o padrão de concentração de renda pouco se alterou de um censo para o outro (Tabela 1). Em 2006, cerca de 11% dos estabelecimentos mais ricos respondiam por cerca de 86% do VBP; em 2017, 9% dos estabelecimentos mais abastados participavam com aproximadamente 85% do VBP. Em relação à extrema pobreza, 68% dos estabelecimentos representavam somente 3,4% da produção em 2006; em 2017, o percentual não se alterou significativamente. Dos 69% dos estabelecimentos na faixa de extrema pobreza em 2017, três quartos eram de produtores familiares, grande parte concentrada no Nordeste.

¹ Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea, diretor de programa da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília (Propaga/UnB). E-mail: jose.vieira@ipea.gov.br

Tabela 1. Estratificação de renda por estabelecimento e VBP no Brasil em 2006 e 2017.

Grupo de renda	Estrato de renda (SME) ⁽¹⁾⁽²⁾	2006				2017			
		Est.		VBP ⁽³⁾		Est.		VBP	
		(mil)	%	(R\$ bilhão)	%	(mil)	%	(R\$ bilhão)	%
Extrema pobreza	(0, 2]	3.155,4	68,0	10,5	3,4	3.288,0	69,1	18,9	4,0
Baixa renda	(2, 10]	991,6	21,4	31,0	10,1	1.031,6	21,7	52,3	11,0
Média renda	(10, 200]	464,6	10,0	107,8	35,2	409,1	8,6	153,7	32,2
Alta renda	>200	27,2	0,6	157,0	51,2	27,5	0,6	252,2	52,9
Brasil	Total	4.638,9	100	306,3	100	4.756,2	100	477,2	100

⁽¹⁾ SME (salário mínimo de equivalência) = VBP mensal/salário mínimo mensal. ⁽²⁾ O salário mínimo a preços nominais de 2006 foi de R\$ 300, enquanto o de 2017 correspondeu a R\$ 937. ⁽³⁾ Índice de correção pelo IPCA de Dez./2006 a Set./2017: 1,867725.

Fonte: IBGE (2012, 2020).

A evolução do VBP mostra forte aumento: crescimento de 4,11% ao ano. No mesmo período, o salário mínimo corrigido passou de R\$ 560,32 para R\$ 937,00, taxa de crescimento real de 4,79% ao ano, muito mais elevada do que o crescimento do VBP. No Brasil, a produção agropecuária, em termos reais, tem exibido tendência de alta, muito por causa dos ganhos de produtividade (Gasques et al., 2016). Ao mesmo tempo, os preços relativos do setor agropecuário em relação aos preços da economia tenderam a cair, mensurado, por exemplo, pela queda do preço da cesta básica de consumo (Alves et al., 2010). Esses movimentos de preços fazem com que haja transferência de renda do setor agropecuário para o restante da economia, mesmo com o *boom* das commodities vivenciado em 2004–2011 (Barros, 2016) e, mais recentemente, com a desvalorização da moeda nacional. Os preços relativos continuam caindo, ou não se alteraram, por conta da valorização cambial do dólar diante do real. Portanto, acredita-se que a transferência de renda continue, pelo menos enquanto a produtividade setorial estiver em crescimento.

Em resposta ao questionamento “foi possível ganhar tempo?”, embora políticas de transferência de renda tenham diminuído o êxodo rural nas regiões mais pobres, como o Nordeste, o crescimento econômico ocorreu em regiões tradicionais, como o Sul e o Centro-Oeste.

A dualidade na produção agropecuária brasileira ainda se mantém, ou seja, apenas 0,6% dos estabelecimentos foram responsáveis por, aproximadamente, 53% da produção, e tal desigualdade cresceu ligeiramente de 2006 a 2017. Na parte da extrema pobreza, 69% dos estabelecimentos mais pobres (três quartos desse percentual são de agricultura familiar) foram responsáveis por apenas 4% do VBP.

Quando se avalia a desigualdade produtiva, não se verificaram os pressupostos de que a concentração estaria associada às grandes áreas e aos estratos de renda mais elevados. O índice de Gini da produção foi tão elevado em termos de área quanto de renda. Os estabelecimentos de menor porte, bem como os produtores mais pobres, mostraram-se tão desiguais ou concentrados quanto a produção de maior escala e os agentes mais ricos. Quanto à mobilidade produtiva e regional, pouco se pode afirmar, já que os números mostram baixa redistribuição da importância da classe de renda nas regiões, como a reduzida reestruturação do VBP entre as classes de renda em dada região. O retrato da distribuição produtiva nacional, além de aumentar a dualidade regional, pouco se alterou em cerca de uma década, em que o rico se manteve muito produtivo, e o pobre, apesar do aumento real de renda no período, ainda dependente de políticas sociais. Em resumo, demos um passo pequeno, mas na direção certa.

Referências

ALVES, E.; ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010. Cap.11, p.275-290.

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; BRANDÃO, A.S.P. Por que os preços da cesta básica caíram? **Revista de Política Agrícola**, ano19, p.14-20, 2010.

BARROS, G.S.A. de C. Medindo o crescimento do agronegócio: bonança externa e preços relativos. In: VIEIRA FILHO, J.E.R.; GASQUES, J.G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016. Cap.8, p.219-249.

GASQUES, J.G.; BACCHI, M.R.P.; RODRIGUES, L.; BASTOS, E.T.; VALDES, C. Produtividade da agricultura brasileira: a hipótese da desaceleração. In: VIEIRA FILHO, J.E.R.; GASQUES, J.G. **Agricultura, transformação**

produtiva e sustentabilidade. Brasília: Ipea, 2016. Cap.5, p.143-163.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.

Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**: séries temporais. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/series-temporais>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: segunda apuração. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61914.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2020.